



CÂMARA MUNICIPAL

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, hoje, afixei um exemplar deste Edital na/o:

- Câmara Municipal de Cascais
- Junta de Freguesia da última residência conhecida
- Última residência conhecida do notificado
- Local da operação urbanística

Cascais, 23.10.2022

NI 2560

EDITAL N.º 117/2022

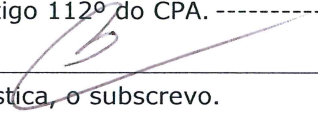
JERÓNIMO SANCHES TORRADO, Diretor do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização, em regime de substituição, nomeado por despacho nº 01/2022, de 3 de janeiro, ao abrigo do Artigo 112º, nº 1, alínea d), do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo DL nº 4/2015, de 7 de janeiro, **FAZ PÚBLICO E NOTIFICA**, para efeitos de legalização e audiência prévia de interessados nos termos dos Artigos 121º e ss. do CPA:

SANTIAGO ALVAREZ FERNANDEZ e ANA MARIA RODRIGUEZ LOPEZ, com última morada conhecida na Rua das Avencas, n.º 436, 1.º C, 2775-331 Parede, cujo paradeiro atual se desconhece.

De que:

1. Corre termos na Divisão de Processos de Tutela Urbanística do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização de Cascais o procedimento administrativo com o número **PD-33/2022**, relativo às obras ilegalmente realizadas no prédio sito na Rua Luís de Camões, n.º 3, 1.º Esq., 2775-235 Parede, de que são comproprietários, pelo que assumem no procedimento a qualidade de interessados.
2. Nos termos do Despacho de 22-02-2022, ficam notificados para, no prazo de **60 dias úteis**, promover a legalização da operação urbanística ou, caso não tenham interesse na legalização ou o pedido tenha sido indeferido, apresentar, no prazo de **15 dias úteis**, as vossas alegações escritas relativamente ao projeto de decisão que lhes é dado a conhecer, podendo pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.
3. Findo o prazo da audiência prévia sem que sejam aduzidos factos ou alegações suscetíveis de abalarem os fundamentos do projeto de decisão, serão adotadas as medidas de tutela e restauração da legalidade urbanística ali indicados.
4. A realização da audiência prévia suspende a contagem dos prazos do procedimento administrativo nos termos do nº 3 do Artigo 121º do CPA.
5. O processo poderá ser consultado, ao abrigo Art. 83.º do CPA, na Divisão de Processos de Tutela Urbanística, sita na Rua António Andrade Júnior, nº 112, 2750-654 Cascais, mediante requerimento a apresentar na Loja Cascais, sito na Rua Manuel Joaquim Avelar, n.º 118, Piso - 1, 2750-421 Cascais, ou por correio eletrónico para atendimento.municipal@cm-cascais.pt, devendo no assunto ser feita expressa referência ao número do processo.

Para constar se publica o presente EDITAL, que vai ser afixado nos lugares expressamente indicados no nº 3 do artigo 112º do CPA. -----

E eu,  Alexandra Nunes, Chefe de Divisão de Processos de Tutela Urbanística, o subscrevo.

Cascais, 16 de março de 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO


Jerónimo Sanches Torrado

DPTU/AA

EXC/2022/17599